

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

Quem venceu as eleições de 2024?



Foto: Divulgação/Campanha Ricardo Nunes

As eleições municipais de 2024 terminaram com o crescimento avassalador da extrema-direita e o enfraquecimento das esquerdas, resultado direto da guinada liberal cada vez mais acentuada da “esquerda” institucional. O fortalecimento de partidos como o PL e o Republicanos (5º e 6º partidos com mais prefeitos eleitos) evidenciou o vazio deixado pela tática conciliadora do petismo e o reacionarismo de seu projeto social-liberal. O crescimento expressivo da direita é reflexo direto da derrota da “Frente Ampla”.

Os partidos da direita fisiológica, chamados de “Centrão”, como o PSD, o MDB e o PP, continuam dominando o cenário político municipal; tais partidos ocupam, respectivamente, as três primeiras posições em número de prefeituras eleitas. A característica principal desses partidos reside na sua capacidade de unificar as diversas oligarquias e grupos dominantes em estruturas flexíveis, dispostas a todo tipo de negociação com o Presidente e os Governadores da vez, seja qual for sua ideologia. **pág 6**

Governo federal não combate as queimadas praticadas pelo agronegócio

O agronegócio é o principal responsável direto pelas queimadas e pela fumaça tóxica que dominaram o território nacional em 2024. Além da prática corrente de incêndios criminosos nas lavouras, também as condições climáticas que favoreceram o alastramento do fogo (altas temperaturas, baixa umidade do ar e ventos fortes) estão relacionadas ao agronegócio,

pois a mudança do uso do solo e as práticas agropecuárias são responsáveis por mais de 70% das emissões brutas de gases de efeito estufa no Brasil. Além disso, a substituição de vegetação natural por lavouras de monoculturas e pastagens contribuem para a mudança no regime hídrico, aumentando o período seco na Amazônia e no Cerrado. **pág 4**



Manifestantes em solidariedade à Palestina em Nova Iorque, 7 de outubro de 2024. Foto: Divulgação/Redes Sociais.

PALESTINA: Um ano da guerra de extermínio

O Ministério da Saúde em Gaza publicou no início de outubro um documento, trazendo um levantamento oficial sobre os números acerca do conflito genocida que completou um ano no dia 7 de outubro. Dessa forma, sabemos que ocorreram 3.654 massacres organizados pelo regime sionista israelense.

Dos civis mortos, 171 eram bebês recém-nascidos, 710 eram bebês com menos de um ano e 16.927 eram crianças. Há um total de 902 famílias que foram completamente assassinadas pelo colonialismo israelense. Quanto aos feridos, o número beira a marca dos 100 mil. **pág 11**

AMAZÔNIA EM CHAMAS:

Queimadas e fumaça tóxica tomam conta da Amazônia brasileira e boliviana. **pág 2**

FARRA DOS BANQUEIROS:

Entenda por que o Brasil tem a maior taxa de juros do mundo. **pág 8**

GOLPE DO CONSIGNADO:

Endividamento entre idosos cresceu mais de 30% entre 2019 e 2023. **pág 10**

NOVEMBRO ANTIRRACISTA:

População negra é a que mais sofre com desemprego e precarização. **pág 12**

Editorial

Enquanto o mundo queima, o capitalismo lucra!

Qualquer brasileiro que literalmente olhou para cima nos últimos meses pôde ver como nuvens de fumaça e fuligem tomaram os céus do nosso país, fruto de uma sequência de episódios de queimadas criminosas. O agronegócio, não apenas no Brasil, é hoje um dos principais vetores do desastre ambiental para o qual os capitalistas jogam toda a humanidade. Por aqui, o próprio desenvolvimento histórico do capitalismo dependente aumenta exponencialmente o poder da burguesia agroindustrial exportadora – que tem sua representação no Estado com uma bancada ruralista que representa 63% do Congresso Nacional.

Enquanto a mídia burguesa tenta colocar a culpa em desastres “naturais” ou até mesmo nos pobres do campo, os movimentos sociais se desdobram para aumentar a denúncia contra a exploração monopolista da terra e o processo de expansão da fronteira agropecuária para dentro de zonas de preservação ambiental e terras de comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas.

Ainda no discurso da burguesia, existe uma solução mercadológica para esse impasse: mercantilizar a gestão do meio-ambiente de maneira “lucrativamente sustentável”. É nesse sentido que trabalha o governo de Lula e Alckmin, ao propor, ainda no ano passado, a inclusão de florestas no Plano de Parcerias de Investimento – em bom português, a privatização de florestas –, uma continuidade direta da “Ponte para o Futuro”, do governo de Michel Temer. Somando a isso, os interesses de pesquisa e desenvolvimento para o lucro de empresas internacionais com as riquezas naturais brasileiras fecha a conta com a pressão de países centrais do imperialismo, especialmente a França, por um controle totalmente empresarial e internacionalizado pelos monopólios da indústria farmacêutica. A “bancada do boi”, o governo da “Frente Ampla” e as potências imperialistas – todos estão unidos para fazer do Brasil um fazendão exportador, indo na contramão de uma condição de vida digna para os trabalhadores.

Do lado de cá, da classe trabalhadora, sabemos que esse nível de destruição ambiental e exploração capitalista, para além de extrair a riqueza do nosso trabalho, torna cada dia menos possível escapar de uma tragédia ambiental generalizada. A chave para entender isso tudo é a propriedade da terra: sem uma nacionalização completa das terras, rurais e urbanas, com o usufruto de pequenos produtores e comunidades tradicionais, uma irrestrita demarcação de terras indígenas, quilombolas e de comunidades de terreiro, e uma transição agroecológica para a produção rural e florestal, ficaremos sempre à mercê dos interesses capitalistas – e aí, a destruição será completa. Se queremos ter qualquer futuro, em meio às chamas, teremos que nos opor diretamente aos interesses do capital e apagar o fogo com a força da nossa classe.

EDITOR-CHEFE:

Euclides Vasconcelos

CHEFE DE REDAÇÃO:

Vinícius Okada

CONSELHO EDITORIAL:

Diego Miranda, Gabriel Colombo, Gabriel Lazzari, Gabriel Tavares, Gustavo Pedro, Jones Manoel, Kauana Niz e Lígia Orlandin.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Ana Vieira

Leia também pela internet:

jornalofuturo.com.br

Incêndio criminoso na Amazônia, flagrado em 31 de agosto de 2022. Foto: Foto: Douglas Magno-AFP/Reprodução

Amazônia

Os incêndios e a expansão da fronteira agrícola na Pan-Amazônia

Nos últimos três meses, a fumaça causada pelas queimadas tomou conta de diversas cidades, especialmente no Brasil e na Bolívia, deteriorando a qualidade do ar e levando alguns estados a decretar emergência epidemiológica. A expansão da agroindústria, especialmente na Pan-Amazônia, com a abertura de novas áreas agrícolas e pastagens, combinada com uma severa estiagem, é a principal causa das queimadas.

A América do Sul registrou até agora um recorde de 439.031 focos de incêndios em 2024. O Brasil concentrou 51,6% de todas as queimadas registradas. Na sequência, aparecem Bolívia (19,4%), Argentina (9%), Paraguai (4,7%) e Peru (3,3%), segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). No Brasil, estima-se que foram perdidos mais de 6 milhões de hectares e na Bolívia mais de 4 milhões.

A Amazônia é o bioma mais degradado e já contabiliza 112.224 focos de incêndio. A parte Ocidental, incluindo a Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira (AMACRO), é a região mais poluída do mundo e uma das principais fontes de emissões de fumaça tóxica. Outras áreas do bioma também enfrentam altos índices de queimadas, com o estado do Pará registrando, em outubro, o segundo maior número de focos de incêndio.

A Bolívia apresenta 86.455 alertas de incêndio. O governo boliviano é acusado de apoiar o desmatamento, subsidiando grandes empresários, com cerca de 2,5 bilhões de dólares provenientes de fundos de pensão e bancos, direcionados para favorecer a agroindústria, especialmente nos setores de soja, açúcar e pecuária na região da Amazônia boliviana.

Os principais causadores das queimadas na Bolívia são a agricultura, os combustíveis verdes, a pecuária e o uso do fogo para expulsar comunidades indígenas. O país obteve, com exportações de soja, receitas que chegaram a US\$450 milhões. Embora a pecuária tenha maior peso nas exportações, o cultivo da soja, impulsionado pelo biodiesel, tem aumentado significativamente o desmatamento.

A agroindústria, composta principalmente pela soja, pecuária e azeite de palma, é responsável por mais de 80% do desmatamento global. A soja, em particular, representa 26% da produção mundial de biodiesel, mas sua produção emite mais gases de efeito estufa do que os

combustíveis fósseis.

O Brasil, maior produtor de soja do mundo, está no centro de uma expansão predatória, especialmente na Amazônia e no Cerrado. Em 2021, a Amazônia Legal respondeu por 32% da soja colhida no país, apesar de essa expansão agrícola ser relativamente recente.

Multinationais como Cargill e Bunge desempenham um papel crucial na agroindústria, sendo grandes responsáveis pela expansão da monocultura da soja. Essa produção eleva os preços das terras, forçando as comunidades locais a se deslocarem para áreas marginalizadas e contribuindo para o desmatamento de regiões antes preservadas. Essa dinâmica agrava a desigualdade social e concentra ainda mais terras nas mãos de empresários.

O projeto Arco Norte, impulsionado pela bancada ruralista no Brasil, busca construir rodovias para facilitar o escoamento de grãos pelos portos do Oceano Pacífico e aumentar a produção de soja na região. No entanto, essa iniciativa ameaça habitats naturais e impacta negativamente a fauna, a flora e as comunidades que dependem da natureza para viver. A falta de consultas prévias às populações locais, como no caso da rodovia Ferrogão, preocupa especialistas, pois intensifica a apropriação de terras indígenas e a marginalização das comunidades locais.

A expansão da fronteira agrícola na Pan-Amazônia representa um dos maiores desafios ambientais e sociais atuais, refletindo a luta de classes e os interesses do capital internacional. Essa exploração na região incorpora também falsas soluções para a crise ambiental, evidenciando a “economia verde”. Isso inclui a produção de combustíveis verdes na Bolívia e a venda de carbono no Brasil, além de outros produtos com “selo verde”, que perpetuam a privatização e a financeirização da natureza, mantendo os princípios destrutivos do capitalismo.

@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Colabore com a imprensa revolucionária através do nosso PIX:
54.810.269/0001-62

Com a sua ajuda esse jornal pode chegar em mais localidades do Brasil!

Amazônia

O “Novo Pré-Sal” na Foz do Amazonas: Riqueza estratégica ou ameaça ambiental?

A Petrobras tem manifestado interesse crescente na exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas na Foz do Amazonas. No entanto, o empreendimento pode afetar irreversivelmente ricos ecossistemas únicos no mundo e várias comunidades locais.

A Petrobras, como empresa estatal e maior produtora de petróleo do país, vem demonstrando crescente interesse na Margem Equatorial. Contudo, em maio de 2023, o Ibama negou a licença para a estatal perfurar um poço exploratório no litoral do Amapá, dentro da bacia da Foz do Amazonas. A autarquia apontou preocupações ambientais e a necessidade de um plano de contingência mais robusto, especialmente em relação a potenciais vazamentos de óleo que poderiam afetar territórios vizinhos e áreas sensíveis.

A Margem Equatorial – que engloba as bacias sedimentares da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar – vem sendo alvo de estudos geológicos para extração de hidrocarbonetos desde a década de 1970. Até 1980 a exploração foi restrita às águas rasas e dominada pelas gigantes internacionais Shell, Elf-Agip e BP que já perfuraram trinta e três poços de um total de noventa e cinco exploratórios. No entanto, limitações tecnológicas e o foco em outras regiões produtoras, como as bacias de Campos e Santos, retardaram investimentos significativos na área.

Em 2011, uma primeira tentativa de perfuração na área foi frustrada por fortes correntes marítimas que desviaram o navio-sonda da Petrobras. Mesmo assim, avanços em tecnologias de exploração em águas profundas e ultraprofundas, aliados a preços favoráveis do petróleo, renovaram o interesse pela Margem Equatorial.

A 11ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizada em 2013, atraiu grandes empresas internacionais do setor, como a britânica BP Energy e a francesa TotalEnergies. Esta última, já detendo 40% das ações, assumiria a responsabilidade pelas operações de sondagem e exploração, consolidando sua participação no projeto.

A descoberta do “novo pré-sal” da região da Foz do Amazonas surgiu

quando estudos sísmicos apontaram a presença de grandes volumes de petróleo na Margem Equatorial brasileira, e o interesse na região foi avançado em 2015, quando a gigante ExxonMobil anunciou a perfuração e descoberta de significativas jazidas petrolíferas na Guiana, próximo da margem equatorial brasileira.

O Ibama negou a licença ambiental para a TotalEnergies realizar perfurações exploratórias na Foz do Amazonas em 2018, por insuficiências nos estudos de impacto ambiental e riscos não mitigados adequadamente. Junto a isso, a descoberta de corais únicos na região mobilizou uma luta contra os interesses predatórios. Após uma segunda negativa do Ibama, em 2019, a empresa francesa decidiu vender sua participação para a Petrobras, anunciado em setembro de 2020. Desde então, a Petrobras controla 70% do consórcio.

A ofensiva para explorar o pré-sal na Foz do Amazonas também se relaciona com a crescente desnacionalização dos recursos energéticos brasileiros. Nos leilões realizados em dezembro de 2023 pela ANP, a participação estrangeira foi significativa, com seis empresas internacionais arrematando blocos, incluindo a britânica Shell e a estadunidense Chevron.

Paralelamente, há uma movimentação de grupos ruralistas que buscam flexibilizar as regulamentações ambientais. Alguns projetos que fazem parte do “Pacote da Destruição” foram apresentados no parlamento. Destaca-se o PL 2159/2021, que já foi aprovado na Câmara e aguarda votação no Senado. Esse projeto pode transformar o licenciamento ambiental de regra a exceção, permitindo que empresas façam autodeclarações, o que poderia resultar em danos ambientais significativos sem a devida avaliação.

Os ruralistas também pressionam o Ministério do Meio Ambiente para facilitar empreendimentos que podem impactar ecossistemas sensíveis, não apenas na Amazônia, mas

em todo o território nacional. A exploração de petróleo na Foz do Amazonas também é apoiada por políticos ruralistas, um deles, o latifundiário e presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

O interesse de explorar petróleo na Foz do Amazonas é apoiado pelo próprio governo Lula-Alckmin, que segue reafirmando seu objetivo mesmo após a rejeição por parte do Ibama. Em junho deste ano, o presidente Lula falou em entrevista de rádio que: “Nós vamos explorar a Margem Equatorial (...) agora, quando a gente fala Margem Equatorial, o pessoal fala ‘mas é perto da Amazônia...’ é o seguinte: é 575 km da margem do Amazonas, 575 km, ou seja como uma distância enorme e a gente vai fazer isso, primeiro certificar e depois se a gente for explorar, como vai explorar e quais são os cuidados que nós temos que ter...”

A Petrobras pretende reapresentar o projeto ao Ibama com o objetivo de obter o licenciamento para realizar atividades de prospecção e exploração nos blocos da Bacia do Amazonas.

Os impactos causados pela atividade petrolífera podem ocorrer tanto pelo vazamento de óleo quanto pela movimentação de pessoas, barcos e aeronaves.

Quatro povos indígenas em três territórios demarcados podem ser diretamente impactados pelos empreendimentos na área, como a construção de um aeroporto. Não só a frequente passagem de aeronaves sobre terras indígenas preocupa o Ibama, como também o empreendimento prevê a transferência de um lixão para próximo de uma Terra Indígena. Até agora, os Karipuna, Palikur-Aruk Wayne, Galibi Marworno e Galibi Kaliña, não puderam dialogar com a Petrobras para discutir ou mitigar possíveis impactos.

Um ecossistema rico e único que também pode ser afetado por esta exploração de petróleo são os recifes de corais localizados a 120

metros de profundidade. Eles se estendem por quase 10 mil quilômetros quadrados na costa do Maranhão até a Guiana Francesa, e estão a poucos quilômetros do local onde a Petrobras deseja perfurar. Outro delicado ecossistema ameaçado são os manguezais da região do Amapá, Pará e Maranhão, os quais correspondem a 80% da cobertura de manguezais do país.

Ao negar o pedido de licenciamento ambiental, o Ibama solicitou a manifestação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) sobre os impactos do tráfego de aeronaves na região. Em resposta, a Advocacia-Geral da União (AGU) indica que não há necessidade de verificar o impacto, pois seria “uma etapa procedimental não prevista na norma” e que isso poderia gerar atraso no licenciamento, mas também “risco ao programa energético brasileiro de matriz não renovável”.

Em parecer anterior, publicado em agosto de 2023, a AGU se manifestou sobre outro ponto invocado pelo Ibama para o indeferimento do licenciamento ambiental para a perfuração do bloco FZA-M-59. Nesse parecer, a AGU conclui que a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) não é indispensável e tampouco pode obstar a realização de licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural no país.

A Petrobras, após adquirir direitos sobre blocos nessa região em 2013, tenta obter as licenças para exploração do bloco FZA-M-59. No entanto, o Ibama indeferiu o pedido, citando, entre outros pontos, a falta de uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) e preocupações sobre o impacto de sobrevoos sobre comunidades indígenas, além de questões de resposta rápida a vazamentos de óleo que poderiam afetar a fauna local.

A AGU argumenta que a AAAS, criada em 2012, não deve ser utilizada como barreira para o licenciamento ambiental, considerando-a apenas uma avaliação geral e não obrigatória para a concessão de licenças específicas. Além disso, a AGU contestou a relevância de reavaliar o impacto do tráfego aéreo sobre comunidades indígenas, alegando que o aeródromo envolvido já foi licenciado pelas autoridades estaduais competentes. Em ambos os casos, a AGU usa do juspositivismo barato para fazer valer o interesse internacional sobre questões sociais e ambientais brasileiras. A CGU/AGU realizou uma Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal com o Ibama onde não se chegou a um acordo. Até o momento, o processo ainda está longe de um desfecho.



Exploração de petróleo na costa da Guiana Francesa. Foto: ExxonMobil/Reprodução

Clima e Questão Agrária

Governo federal não combate as queimadas praticadas pelo agronegócio

A área queimada no Brasil foi de 22,38 milhões de hectares entre janeiro e setembro de 2024. É como se quase todo o estado de São Paulo tivesse pegado fogo em um único ano. Apesar da abrangência do impacto sobre a sociedade e a natureza, o governo federal não enfrentou o principal responsável por colocar o território nacional sob fogo e fumaça: o agronegócio.



Índigenas guatós formaram nova brigada contra fogo no pantanal. Foto: Barbara Banega/Divulgação/IH

É fundamental enfatizar a responsabilidade do agronegócio pelas queimadas que afetaram o Brasil em 2024. A área queimada está concentrada na região de expansão da fronteira agropecuária na Amazônia e no Cerrado. Diversos dados comprovam esta afirmação. Por exemplo, mais da metade (56%) de toda a extensão afetada pelo fogo no ano está concentrada em apenas três estados: Mato Grosso, Pará e Tocantins. Os três são zonas de expansão do agronegócio.

Outro exemplo, São Félix do Xingu e Altamira, dois municípios localizados na região sul do Pará, possuem mais ocorrências de focos de incêndio do que todo o estado de São Paulo, cuja situação de queimadas em cana-de-açúcar foi utilizada para justificar as iniciativas de “bolsa queimada” pelos governos do estado de São Paulo e pelo governo federal, premiando grandes proprietários de terras que não combateram incêndios ou mesmo que foram responsáveis por atear fogo.

Ainda mais um exemplo: a Amazônia concentra mais da metade da área queimada no Brasil e somente 20 municípios concentram 85% dos focos de calor, no período de janeiro a setembro de 2024, neste bioma. Estas cidades estão localizadas majoritariamente na zona de expansão da fronteira agropecuária, possuem grande extensão territorial e estão próximas a rodovias. Como pode ser observado pelo mapa elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

Para não deixar de citar o Cerrado, segundo bioma mais afetado pelas queimadas. A categoria fundiária em que mais ocorreu queimadas foram os imóveis privados, com 3,9 milhões de hectares

(46,2% do total queimado no bioma). Principalmente, grandes propriedades privadas nas quais foram queimados 2,3 milhões de hectares. Isto é, um em cada quatro hectares queimados no cerrado foi em grandes propriedades privadas de terra.

Por fim, no que diz respeito ao uso do solo, considerando todo o território nacional, três em cada quatro hectares queimados (73%) foram de vegetação nativa. Nestas áreas, o que predomina é o uso do fogo para transformar vegetações naturais em lavouras e pastagens, justamente para expandir a área de agropecuária. Nas áreas que são atualmente de uso agropecuário, as pastagens plantadas são as que mais queimaram, com 4,6 milhões de hectares. Neste caso, o uso do fogo é uma prática barata economicamente para o manejo da pastagem, mas com elevado custo ambiental principalmente nas condições climáticas favoráveis ao alastramento do fogo.

Todas essas informações contribuem para evidenciar que o agronegócio é o principal responsável direto pelas queimadas e pela fumaça tóxica que dominaram o território nacional em 2024. Os variados casos de incêndio provocados pelo uso acidental ou criminoso do fogo em diversas regiões do país não podem ocultar essa questão fundamental.

Mesmo as condições climáticas que favoreceram o alastramento do fogo (altas temperaturas, baixa umidade do ar e ventos fortes) estão relacionadas ao agronegócio, pois a mudança do uso do solo e as práticas agropecuárias são responsáveis por mais de 70% das emissões brutas de gases de efeito estufa no Brasil, colocando o país na sexta posição entre os maiores po-

luidores. Além disso, a substituição de vegetação natural por lavouras de monoculturas e pastagens contribuem para a mudança no regime hídrico, aumentando o período seco na Amazônia e no Cerrado.

Ações do governo no combate às queimadas são tímidas e agronegócio sai ileso

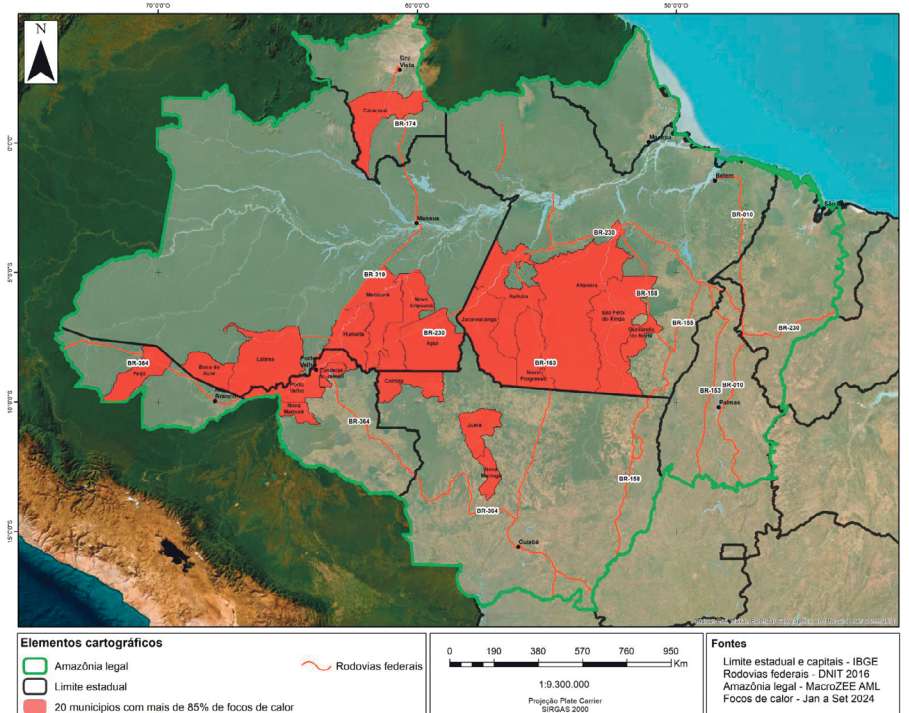
O boletim do MMA de 15 de outubro apontou que o governo federal manteve 3.732 profissionais em campo para o combate ao fogo: 2.410 do Ibama e ICMBio, 809 das Forças Armadas, 425 da Força Nacional de Segurança Pública e 88 da Funai. A maior parte dos profissionais são brigadistas e, segundo o presidente do Ibama, 70% dos brigadistas são quilombolas e 20% indígenas. Eles possuem contratos temporários, de até seis meses, sem prorrogação, recebem um salário-mínimo e 20% de adicional de insalubridade. Sob a previsão de aumento da frequência de extremos climáticos, uma primeira questão já colocada é a melhoria das condições de contrato e salário destes profissionais.

Ainda de acordo com o boletim do MMA, até o dia 13 de outubro: a Polícia Federal instaurou 33 inquéritos, Ibama e ICMBio realizaram 175 ações de fiscalização, emitiram 7.584 notificações e 91 autos de infração, aplicaram R\$ 458,4 milhões em multas e 51 termos de embargo referente a áreas que somam 29,5 mil hectares. Apesar dos esforços realizados principalmente pelos órgãos ambientais na responsabilização pelas queimadas, é notável que o impacto é extremamente limitado. Em parte devido ao próprio sucateamento de tais órgãos, efetivado principalmente pelo

governo Bolsonaro, mas que não foi revertido pelo governo Lula-Alckmin até o momento. O Ibama possui hoje 100 mil processos em aberto, aguardando análise e julgamento, ações que são realizadas por apenas 170 funcionários.

Nenhuma das propostas circuladas no governo federal com o objetivo de enfrentar diretamente o agronegócio responsável pelas queimadas foi adiante. No âmbito do MMA, duas medidas foram levantadas. A primeira divulgada pela própria ministra Marina Silva foi o confisco das terras cujos proprietários foram responsáveis por queimadas e incêndios. É simples: se o proprietário de terras for responsável por colocar fogo, perderá o direito à propriedade da terra sem nenhum direito à indenização. Logo em seguida, tal proposta foi negada pela própria ministra.

A segunda medida reconhece que as queimadas são utilizadas para a grilagem de terras públicas, portanto, admite que a expansão da propriedade privada do agronegócio ocorre de forma ilegal e posteriormente é legitimada pelo próprio Estado. A proposta já foi descartada como Medida Provisória e, agora, parece ser descartada também como decreto presidencial. A proposta prevê que as terras públicas alvo de queimadas e incêndios não poderão ser objeto de regularização fundiária (isto é, passar de terra pública à propriedade privada) pelo prazo de dez anos, período no qual serão bloqueadas para a regeneração florestal. Ao abrir mão de tal medida, o governo federal aceita e apoia, mais uma vez, a expansão do agronegócio fundada no desmatamento e nas queimadas.



Mapa: 20 municípios concentram 85% dos focos de calor na Amazônia de janeiro a setembro de 2024. Elaboração: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Segurança pública

População amazônica sofre sob o cerco do latifúndio, garimpo e tráfico

A conexão entre o latifúndio, o narcotráfico e a mineração vem fortalecendo a cadeia dos crimes ambientais e alavancando a violência contra povos indígenas, quilombolas e trabalhadores pobres das áreas urbanas e rurais em toda a Região Norte do país.



Apreensão de Ipê extraído ilegalmente da Terra Indígena Cachoeira Seca, Pará. Foto: Vinicius Mendonça/Ibama

Há uma nítida escalada de índices de violência urbana e rural na região da **Amazônia Legal** no país, que vem sendo resumida, ao menos nos últimos anos, à expansão de conflitos urbanos entre facções do tráfico de drogas vindas do sudeste, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Estas facções, além de comandarem majoritariamente o trâmite de compra e escoamento de drogas e armas na região, também passaram a se articular com outros grupos criminosos na extração ilegal de madeiras, garimpo e grilagem de terras. Esta conexão entre o latifúndio, o narcotráfico e a mineração vem fortalecendo a cadeia dos crimes ambientais e alavancando a violência contra povos indígenas, quilombolas e trabalhadores pobres das áreas urbanas e rurais em toda a Região Norte do país.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança, desde 2012, a região da Amazônia Legal possui índices de violência letal mais elevados do que a média nacional. Em 2022, os Estados Amazônicos apresentaram uma média de 26,7 mortes a cada 100 mil habitantes, enquanto a taxa dos demais estados foi de 17,7, ou seja, uma média 50,8% superior à média nacional. Nesse mesmo ano, dentre a Região Norte, o Amazonas apresentou uma taxa de homicídios ainda maior que as médias regional e nacional, com um número de 33,1 mortes para cada 100 mil habitantes.

A região da Amazônia Legal tem um papel fundamental no fluxo de drogas que chegam e saem do país, devido à tríplice fronteira com Peru, Colômbia e Bolívia. Portanto, o território não apenas se tornou um alvo de disputa, mas também um ponto estratégico para negócios entre garimpeiros e narcotraficantes. Grupos armados brasileiros – das facções às milícias rurais ligadas ao latifúndio e ao garimpo, que operam negócios nesses mercados de escoamento de drogas, armas, madeira e ouro – passam, neste contexto, também a formar alianças nas áreas de fronteiras com grupos armados estrangeiros que atuam nesses mercados, estendendo “alianças” também às fronteiras com a Venezuela, Guiana e Suriname.

É possível observar o envolvimento das facções nos garimpos da Terra Indígena Yanomami, por exemplo. O PCC se inseriu na região através do comércio ilegal de drogas, utilizando as mesmas rotas de escoamento do garimpo ilegal de ouro, e pela possibilidade de atuar na segurança armada do local, mas com o passar do tempo, os indivíduos faccionados passaram a exercer ou-

A **Amazônia Legal** é uma região do Brasil que abrange nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

tras funções, como a operação de máquinas de extração de ouro, a administração de pontos de exploração sexual e o controle de circulação no território, com a cobrança de pedágios. A dificuldade de deslocamento ágil nos territórios e o sucateamento de órgãos e forças de fiscalização do Estado acaba por dar um nível de proteção a mais a esses negócios.

Há uma disparidade entre os recursos destinados por organismos federais para a segurança da Amazônia Legal, e os recursos direcionados ao policiamento ostensivo nas capitais e centros urbanos. Enquanto a polícia promove a política de “guerra contra as drogas” nas periferias e alavanca índices de violência policial na região, colocando em risco a vida de milhares de trabalhadores inocentes, a política de sucateamento de órgãos de fiscalização ambiental, decorrente da lógica liberal de ajuste fiscal permanente, forma espaços “vazios” de policiamento ambiental e controle contra crimes ambientais nos territórios amazônicos. No ano de 2021, 1.057 pessoas foram mortas por policiais na Amazônia Legal, uma taxa de 3,6 por 100 mil habitantes, enquanto nos demais estados brasileiros, a taxa foi de 2,8 por 100 mil.

A consequência lógica dessa política é a abertura de margem para que as facções, garimpeiros e grileiros dominem o local, intensificando a disputa pelo monopólio das rotas de comércio de drogas, armas, ouro e madeira e a disseminação de diversos crimes ambientais. A impunidade garantida gera a segurança prática necessária aos negócios legais e ilegais que elege bancadas nas casas legislativas que buscam dar “segurança jurídica” aos negócios criminosos, principalmente os do garimpo, com a derrubada de legislações ambientais. Todos esses fatores se somam ao retrocesso nas leis que garantem a defesa dos povos indígenas, que têm suas terras invadidas constantemente e não possuem o aparato necessário do Estado para lidar com a violência e conflitos promovidos pelo chamado “narcogarimpo” e por milícias rurais ligadas ao latifúndio. Organizações como Ibama, ICMBio, e Funai têm realizado operações de fiscalização e combate à exploração de recursos naturais em Terras Indígenas, porém, os moradores continuam relatando que estas são insuficientes, pois os

invasores retomam suas atividades quase que instantaneamente após o fim das ações de fiscalização. As queimadas também se alastram, enquanto tática de grilagem de terras, em um cenário de falta de bases fixas de corpo de bombeiros em diversos municípios da região.

Em 2023, foram registrados pelo menos 276 invasões de Terras Indígenas ao redor do país, sendo 196 na Amazônia Legal, com destaque para Amazonas (44), Pará (40), Mato Grosso (38), Maranhão (26) e Rondônia (20). Os índices de assassinatos também são alarmantes: cerca de 208 pessoas indígenas foram assassinadas no Brasil, sendo 111 registradas nos estados amazônicos. Roraima (47) e Amazonas (36) lideram os números na região.

Já os povos quilombolas tiveram sua existência negligenciada durante muito tempo, e só passaram a ser incluídos no Censo Demográfico do IBGE em 2022. O Censo mostra que na Amazônia Legal, a população quilombola corresponde a 1,6% da população da região, com 426.449 pessoas declaradas. Foram identificados 1.831 territórios quilombolas, porém, apenas 179 foram devidamente homologados ou tiveram titulação, instrumento jurídico que garante a propriedade coletiva da terra e preserva a área de invasões ilegais para fins de grilagem, especulação imobiliária ou escoamento de drogas e armas.

O não reconhecimento das comunidades quilombolas e as invasões em terras indígenas são determinantes para compreender a relação entre os conflitos fundiários e os altos índices de violência na região da Amazônia Legal, o que evidencia a fragilidade dos direitos de povos originários e reverbera a necessidade de intensificar a discussão acerca da criação de políticas públicas e a leniência governamental em relação à segurança pública da população amazônica. Em 2023, o Brasil foi apontado como o 2º país com maior número de defensores do meio ambiente assassinados, ficando atrás apenas da Colômbia, em documento que destaca o papel central dos conflitos que envolvem a atividade do garimpo nas terras indígenas no Brasil.

O que se demonstra, principalmente a partir de discussões legislativas no Congresso Nacional – que foram ostensivamente impulsionadas no Governo Bolsonaro-Mourão –, é que as principais movimentações nos últimos anos foram no sentido de enfraquecer legislações ambientais e abrir espaço ao garimpo e ao latifúndio na região. Em relação ao atual Governo Federal, a greve dos servidores do Ibama e ICMBio demonstrou como a política de sucateamento é constante e evidenciou as contradições da política ambiental do Governo Lula, mas também chama atenção a frouxidão das normas do Banco Central na concessão de crédito rural a latifundiários que cometem crimes ambientais.

Enquanto o escoamento de ouro, madeira, armas e drogas se avoluma em rotas fronteiriças, que seriam de responsabilidade de fiscalização pelo Exército Brasileiro, e as áreas do campo e de floresta são esvaziadas de organismos de fiscalização ambiental do Estado, é nas periferias urbanas que se concentram as forças policiais, que produzem as maiores taxas de policiais por habitante do país em Estados como Amapá e Amazonas, e a violência produzida pelos conflitos entre as polícias, facções do tráfico de drogas e armas, e milícias urbanas.

A resposta a essa escalada da violência não pode se dar com o aprofundamento da política de guerra às drogas e de avanço da letalidade policial, que é na prática uma política de controle social que vitima trabalhadores por onde é aplicada, mas, sim, com o enfrentamento ao poder econômico e político do agronegócio, do garimpo e das facções que se articulam por interesses comuns de controle territorial e de mercado, como na exploração de trabalhadores, na expulsão e morte de povos indígenas e quilombolas e na destruição dos biomas da região amazônica.

Política

Quem venceu as eleições de 2024?

O crescimento avassalador da extrema-direita e o enfraquecimento da classe trabalhadora nas eleições municipais é resultado direto das concessões da Frente Ampla ao liberalismo.

As eleições municipais de 2024 trouxeram à tona um cenário político alarmante para o Brasil, com o crescimento avassalador da extrema-direita e o enfraquecimento da classe trabalhadora, resultado direto da guinada liberal cada vez mais acentuada da “esquerda” institucional. O fortalecimento de partidos como o PL e o Republicanos (5º e 6º partidos com mais candidatos eleitos) evidencia que, diante do vazio deixado pela esquerda conciliadora do PT e seu projeto social-liberal, o campo da direita encontra espaço para avançar com uma agenda reacionária. O crescimento expressivo dessas legendas é apenas um reflexo da ausência de uma proposta transformadora à altura das demandas populares.

O PL, partido de Jair Bolsonaro, conquistou 47,9% mais prefeituras em comparação com as eleições anteriores, enquanto o Republicanos mais que dobrou o número de prefeitos, saltando de 212 para 430, um aumento de 102,8%. O desempenho no número de vereadores foi ainda mais impressionante, com o Republicanos aumentando sua presença em 80,2%, adicionando 2.067 cadeiras às câmaras municipais. Esses números não deixam dúvidas: a extrema-direita ideológica não só manteve como expandiu sua influência, estabelecendo os termos do debate geral e ocupando o vácuo político deixado por uma esquerda cada vez mais associada ao sistema político e econômico dominante.

Indo na contramão do senso comum “pragmático” de uma esquerda liberal adaptada ao discurso da gestão responsável do capitalismo e do arrocho fiscal, a extrema-direita conseguiu eleger em todo o país vereadores pautados quase que exclusivamente em temas ideológicos e de valores, como Moana Valadares (PL) e Lúcio Flávio (PL), ambos de Aracaju (SE), e Lucas Pavanato (PL), de São Paulo (SP) – o candidato mais votado do município, com uma campanha baseada apenas na disseminação do ódio às minorias e em valores retrógrados.

No caso do União Brasil, o resultado também foi um leve aumento no seu número de prefeitos e vereadores, garantindo ao partido a quarta posição entre os vencedo-

res das eleições. Vale lembrar que esse partido, considerado como “de centro” pelos editoriais da imprensa comercial, abriga o MBL e mais outros vários liberal-fascistas. Que o União Brasil seja considerado “de centro” apenas confirma com quanto sucesso a extrema-direita conseguiu arrastar em sua direção o centro do debate político nacional.

Enquanto isso, os partidos da direita fisiológica, o chamado “Centrão”, como o PSD, o MDB e o PP, continuam dominando o cenário político municipal. A característica principal desses partidos reside justamente na sua capacidade de unificar as diversas oligarquias e grupos dominantes locais em estruturas politicamente flexíveis, dispostas a todos tipos de negociações com o Presidente e os Governadores da vez, seja qual for sua ideologia. Mas essa aparente “neutralidade” oportunista desses partidos esconde uma realidade incômoda: muitos de seus candidatos seguem uma pauta conservadora, defendendo políticas de direita, mesmo quando são apresentados pela mídia tradicional como “moderados”. Essa narrativa ajuda a mascarar a consolidação de um bloco político conservador e neoliberal, em detrimento de uma “esquerda” que se perde em conciliações vazias.

O que chama atenção, no entanto, é que pela primeira vez o MDB foi superado como principal representante desse tipo de partido burguês pelo PSD em número de prefeituras, que alcançou mais de 800 municípios. Gilberto Kassab, presidente do PSD, é o principal articulador político do governo de Tarcísio Freitas (Republicanos – SP), o que mais uma vez mostra os vínculos estreitos que se consolidam cada vez mais entre a extrema-direita e o dito “centro”.

A grande mídia, por sua vez, tem desempenhado um papel crucial na normalização desse avanço reacionário. Jornais como O Globo e canais como a GloboNews têm insistido em minimizar o crescimento do campo fascistoide da extrema-direita, ao mesmo tempo em que apresentam a direita pragmática como uma força de moderação. Ao associar partidos como o PSD e União Brasil a uma suposta “moderação”, a mídia



Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Gilberto Kassab (PSD)



Sebastião Melo (MDB), reeleito prefeito de Porto Alegre, em caminhada durante sua campanha. Foto: MDB RS/Facebook/Reprodução.



Sandro Mabel (União Brasil), eleito prefeito de Goiânia, ao lado de Ronaldo Caiado (União Brasil), governador de Goiás. Foto: Divulgação/Sandro Mabel.



(D), na posse do governador em janeiro de 2023. Foto: Divulgação/Governo do Estado de São Paulo.

contribui para a legitimação de políticas antipopulares que, na prática, empurram o país cada vez mais para a direita. Esse “centrão” é uma farsa criada por políticos e analistas para fabricar uma falsa neutralidade, sem conteúdo real, fingindo compromisso com a democracia liberal e a “boa gestão”. Mas o crescimento de 236,2% do PL em prefeituras e de 92% em cadeiras de vereadores em relação a 2020 não pode ser simplesmente ignorado ou subestimado.

O uso dos recursos públicos foi um fator determinante para esse cenário. Partidos como o PL, PSD e Republicanos se beneficiaram amplamente do fundo eleitoral e das chamadas “emendas-pix”, o que lhes permitiu organizar campanhas robustas e captar eleitores em várias regiões do país. Em 2024, cerca de R\$5 bilhões foram distribuídos pelo fundo eleitoral. Os prefeitos eleitos nas capitais brasileiras no primeiro turno de 2024 receberam R\$78 milhões em recursos dos partidos políticos, com quase 100% desse montante vindo dos fundos eleitoral e partidário. Entre os maiores beneficiados estão Eduardo Paes (PSD), no Rio de Janeiro, com R\$21,3 milhões, e Bruno Reis (União Brasil), em Salvador, com R\$20,1 milhões, demonstrando a alta concentração de recursos em candidatos das grandes capitais. Em média, os partidos gastaram R\$7,09 milhões por prefeitura

conquistada nas capitais, mas os valores variam significativamente de acordo com o porte da cidade.

As emendas parlamentares, especialmente as “emendas-pix”, que permitem transferências diretas de recursos aos municípios, também foram decisivas: em cidades fortemente beneficiadas por essas transferências, a taxa de reeleição de prefeitos chegou a impressionantes 89,3%. Sob a liderança do presidente da Câmara, Arthur Lira, essas emendas permitiram que parlamentares enviassem recursos diretamente para suas bases e fortaleceu os partidos do “Centrão”. Essas emendas permitiram que prefeitos lançassem obras e projetos até a véspera das eleições, garantindo visibilidade e a reeleição. O uso dessas emendas consolida o domínio de Lira e seus aliados da direita.

Por outro lado, o desempenho da dita “esquerda” foi, no mínimo, desastroso. Embora o PT e o PSB tenham registrado algum crescimento em número de votos para vereador (31,8% e 37,1%, respectivamente), partidos como PDT, PV e PCdoB perderam terreno. O saldo final foi a perda de 558 cadeiras de vereadores pelo campo dito progressista, demonstrando a incapacidade da esquerda de reconquistar seu eleitorado. Essa dificuldade é resultado de uma estratégia que prioriza a disputa institucional, nos marcos da democracia burguesa e do capitalis-

mo, e é incapaz de apresentar uma alternativa à degradação da qualidade de vida da classe trabalhadora. Em nome de uma suposta governabilidade institucional, essa esquerda cumpre perfeitamente o programa econômico dos grandes capitalistas, continuando a seu modo as medidas antipopulares de austeridade conduzidas antes por Temer e depois por Bolsonaro e Paulo Guedes. Com isso, cavam suas próprias covas e facilitam o trabalho da direita, que se aproveita da falta de um projeto radical em favor dos interesses da classe trabalhadora e do povo pobre e oprimido; uma alternativa contra essa ordem social corrupta e que mobilize verdadeiramente as bases populares pela superação do capitalismo.

Infelizmente, a semente desta alternativa parece exigir ainda um longo caminho para dar seus frutos. Os partidos revolucionários da classe trabalhadora com registro eleitoral (PSTU, UP e PCB) não chegaram a somar 100.000 votos em todos o território nacional – um resultado que mostra o quão insuficiente é o enraizamento das ideias comunistas entre as massas exploradas. É verdade que essas organizações nadam contra a maré do senso comum e do suposto “voto útil”, além de serem os partidos com menos recursos econômicos para as suas campanhas, uma vez que não recebem doações de grandes empresários. Mas essa explicação não basta, pois apenas aponta os obstáculos externos, sem indicar aquilo que as forças revolucionárias podem fazer para superar suas próprias limitações. Em uma eleição onde um dos vereadores mais votados do Rio de Janeiro (Rick Azevedo – PSOL) foi uma das poucas vozes do país a basear sua campanha centralmente na luta pela redução da jornada de trabalho, fica difícil sustentar que os comunistas não são bem votados porque suas pautas não interessam às massas dominadas pelas ideologias direitistas.

Em vez de apostar justamente nessa possibilidade de radicalização à esquerda, os partidos da chamada “Frente Ampla”, e particularmente o PT, insistem em uma tática equivocada de conciliação com a centro-direita e o centro, buscando alianças que, na prática, diluem qualquer projeto de transformação real. Essa conciliação com a burguesia e seus representantes apenas reproduzem o programa neoliberal e confunde a classe trabalhadora, que não reconhece nessa “esquerda” um setor aliado. A aposta em uma “frente ampla” para isolar a extrema-direita tem se mostrado insuficiente e incapaz de alterar o equilíbrio de forças. Ao evitar o confronto direto com as pautas conservadoras e ao abandonar cada vez mais a construção de uma alternativa política que fale diretamente às necessidades da classe trabalhadora, a esquerda corre o risco de cada vez mais se tornar coadjuvante em um cenário dominado pela direita.

O fracasso dessa estratégia é evidente: enquanto o PT tenta nego-

ciar espaços com o centro e a centro-direita, a extrema-direita se organiza, se fortalece e ocupa os espaços de poder, sustentada por um projeto de ultraconservadorismo e neoliberalismo radical. Se a esquerda não reavaliar suas táticas e se reconectar com as lutas populares, o cenário de 2024 será apenas um prenúncio de um retrocesso ainda maior nas próximas eleições de 2026. Deputados, senadores e governadores bolsonaristas da extrema direita e da direita têm atuado de maneira incisiva nas campanhas municipais. Isso faz parte de uma estratégia para ganhar projeção e apoio político nas diferentes regiões. Esses políticos têm participado ativamente das campanhas, com vistas à disputa ao executivo e legislativo em 2026. Os aliados bolsonaristas estão unificados em torno de um objetivo: garantir que as prefeituras conquistadas em 2024 se tornem trampolins políticos para a disputa majoritária de 2026.

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) enfrentou as eleições de 2024 com uma tática clara, alinhada à sua linha marxista-leninista, de utilizar o processo eleitoral como um momento para a agitação nacional de seu programa. A **Plataforma Municipal** do partido focou em demandas concretas, como a redução da jornada de trabalho, a reestatização de serviços essenciais e a defesa intransigente dos direitos sociais, sempre com o objetivo de fortalecer a luta proletária e expor os limites do sistema político burguês. Embora não tenha lançado candidaturas próprias, o PCBR adotou uma postura de apoio crítico a candidatos que se comprometeram com sua plataforma, sempre analisando o cenário local para garantir que suas alianças respeitassem a independência ideológica e a coerência programática do partido.

A tática do PCBR nas eleições de 2024, ao evitar tanto o abstencionismo quanto a capitulação às alianças com partidos burgueses, refletiu a resolução de seu Congresso de manter uma linha revolucionária no campo eleitoral. O partido conseguiu ampliar sua visibilidade, mobilizar setores da classe trabalhadora e fortalecer suas bases, apesar das dificuldades impostas pela ausência de uma legenda eleitoral própria. Dos nossos limites e insuficiências, devemos agora tirar as lições para seguir avançando.

A tarefa que se impõe agora é clara: a construção de uma alternativa política com independência de classe, que rompa com o pragmatismo eleitoral e as concessões à direita, e que seja capaz de mobilizar a classe trabalhadora em torno de seus verdadeiros interesses, na direção de uma consciência cada vez mais nítida de suas tarefas históricas revolucionárias. Sem isso, o Brasil continuará sua marcha para a direita, com a extrema-direita e a direita fisiológica consolidando seu domínio sobre o cenário político, enquanto essa “esquerda” se dissolve em suas próprias contradições e impotências.

Economia

Rentismo e exploração: Por que o Brasil tem a maior taxa de juros do mundo?



Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Foto: Lula Marques/Agência Brasil/Reprodução.

A 265ª reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) resultou, como esperado, em um novo aumento da taxa Selic, agora fixada em 10,75%. O Brasil mantém, há mais de 30 anos, uma das maiores taxas de juros do mundo, e a mídia burguesa não cansa de justificar essa política do Banco Central como essencial para o controle da inflação. Alguns veículos chegam a afirmar que tal medida beneficia os mais pobres, alardeando que eles seriam as maiores vítimas da alta dos preços. Contudo, a realidade é outra: com cada aumento de 1% na Selic, o governo brasileiro transfere, em média, R\$ 70 bilhões adicionais para rentistas que possuem títulos da dívida pública.

A narrativa da mídia burguesa e dos bancos, quando falam sobre “corte de gastos”, “equilíbrio das contas públicas” e “redução de despesas”, nunca inclui os juros da dívida pública. O Estado burguês separa as despesas em duas categorias: o gasto primário e o gasto financeiro. O gasto primário é direcionado a áreas fundamentais para a população, como saúde, educação, previdência, ciência e tecnologia, cultura, salários do funcionalismo público e proteção ao meio ambiente. Já o gasto financeiro está centrado no pagamento dos juros da dívida pública, dinheiro que vai diretamente para os bolsos da burguesia rentista. E enquanto fazem terrorismo fiscal com o gasto primário, nada se fala sobre cortar, por exemplo, os R\$ 400 bilhões destinados ao agronegócio no Plano Safra.

Além disso, o gasto financeiro do Estado está livre de qualquer teto ou controle fiscal. Tanto o Teto de Gastos imposto por Temer quanto o Novo Teto de Gastos do Governo Lula-Alckmin mantêm intacto o privilégio dos rentistas. Nos últimos 12 meses, o Tesouro Nacional transferiu R\$ 748 bilhões aos detentores de títulos da dívida pública. E é justamente esse fluxo constante de dinheiro público para o grande capital que alimenta o poder da classe dominante.

Alguns setores da esquerda brasileira acreditam que a solução para esse problema está em uma auditoria da dívida pública, como a realizada por países como Grécia e Equador. No entanto, esses países, ao contrário do Brasil, não possuem soberania monetária, ou seja, não emitem sua própria moeda. Enquanto a Grécia utiliza o euro e o Equador, o dólar, o Brasil emite o real, e nossa dívida é interna. O verdadeiro problema, aqui, não está em corrupção ou contratos secretos, mas sim na política deliberada de transferência de riqueza pública para os

monopólios capitalistas, facilitada pelo próprio Estado.

Com o avanço do neoliberalismo, a financeirização da economia tornou-se crucial para o capital monopolista. No Brasil, a taxa Selic, que chegou a 30% durante o Plano Real, foi usada como um mecanismo para atrair dólares e equilibrar a balança de pagamentos, mas isso ocorreu à custa de desindustrialização e do sacrifício de toda a economia real. A taxa de lucro dos títulos da dívida pública superou a de setores como indústria, comércio e agricultura, transformando o rentismo em uma prática disseminada em todos os ramos do capital.

A política econômica foi capturada pelos interesses dos grandes capitalistas. A crença de que o aumento da Selic combate a inflação tornou-se uma arma ideológica. Quando a inflação resulta de fatores como crises globais ou altos preços administrados, a resposta do Banco Central é elevar ainda mais os juros, alimentando o ciclo de especulação financeira. O Boletim Focus, criado no governo FHC, é o instrumento pelo qual o grande capital “prevê” suas próprias decisões econômicas. Bancos e monopólios são consultados sobre suas expectativas, e o Copom ajusta suas decisões para atender a essas demandas, garantindo os lucros dos rentistas.

Em 2021, a privatização do Banco Central, chamada cinicamente de “autonomia”, durante o governo Bolsonaro, consolidou ainda mais esse controle. O presidente da República pode até indicar o presidente do Banco Central, mas as decisões continuam alinhadas aos interesses da elite financeira. Recentemente, Lula indicou Gabriel Galípolo para o cargo, mas sua atuação seguirá a mesma lógica dos mandatos anteriores: proteger o capital financeiro e garantir que os bilhões continuem a fluir para as mãos dos bilionários.

O problema não está em uma auditoria da dívida, mas na própria estrutura política e econômica do Estado burguês. A solução passa pelo enfrentamento direto ao rentismo e ao capitalismo. A luta de classes deve se intensificar, com o controle da classe trabalhadora sobre o Banco Central e o fim de mecanismos como o Boletim Focus. É preciso destruir as bases do neoliberalismo, ajustar a taxa de juros conforme os interesses do povo e acabar com o parasitismo financeiro que suga as riquezas da nação. O enfrentamento ao rentismo é, em última instância, a luta contra o capitalismo e pela emancipação da classe trabalhadora.

O Estado financia o desmonte do SUS através da saúde suplementar

Embora seja o terceiro setor mais concentrado da economia brasileira, atrás apenas dos setores de energia e intermediação financeira, a saúde suplementar apresenta, constantemente, a afirmação de que as operadoras estão deficitárias nas argumentações contrárias a oferecer tratamentos mais longos e dispendiosos às pessoas que contratam seus serviços. A realidade é que o setor está estagnado em cerca de 50 milhões de usuários e sem perspectiva de crescer, caso os índices de emprego e distribuição de renda não melhorem no Brasil.

Mas esta aparente crise das operadoras entra em contradição com os dados do balanço econômico publicado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – entidade responsável por regulamentar e fiscalizar essa atividade. Segundo o balanço, as 200 maiores empresas do setor tiveram lucro líquido recorde no ano de 2023. As dificuldades para sustentar o setor parecem estar atreladas à impossibilidade de ofertar saúde de qualidade como uma mercadoria lucrativa, o que cria uma forte dependência do setor aos recursos públicos repassados pela União.

Em janeiro deste ano, o atual presidente Lula sancionou uma lei que altera a forma de reajuste dos valores de remuneração dos serviços de saúde prestados ao SUS. Esse conjunto de valores, que é conhecido como Tabela SUS, estabelece os montantes a serem repassados às entidades privadas e hospitais filantrópicos que prestam atendimentos de saúde que o SUS não pode cobrir em determinada localidade. Esse modo de prestação de serviço, que chamamos de saúde suplementar, é regulado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qual estabelece uma série de critérios para as operadoras do setor, como o devido registro em Conselho de Medicina e até normas para ajuste dos preços dos planos. O reajuste, por exemplo, pode até ser feito por faixas etárias, mas isso não vale para maiores de 60 anos, como consta na Lei 9.656.

Entre as sete principais empresas do setor (Amil, DASA, Notre Dame Intermédica, Aché Laboratórios, Hapvida, Eurofarma e Rede D’Or), todas recebem pacientes para realizar procedimentos médicos financiados pelos valores da Tabela SUS.

A ideia inicial do sistema suplementar seria desafogar os hospitais públicos e reduzir as filas de espera do sistema público. Na prática, o que ocorre é que o SUS tem cada vez menos capacidade de absorver as demandas por procedimentos de saúde, o que resulta numa espiral de transferência de orçamento público para as principais empresas que controlam o setor.

Para além disso, em casos de tratamentos mais longos, como câncer e autismo, o setor de saúde suplementar delega o ônus desses tratamentos ao SUS por meio de aumentos vertiginosos dos valores dos planos ou até cancelamentos unilaterais dos contratos. Esse fato expressa a contradição desse modelo, que trata procedimentos médicos como mercadoria, buscando cortar “gastos excessivos” para manter a lucratividade. Na prática, há um verdadeiro mercado de planos de saúde que tem como objetivo não a saúde, mas o lucro. Mesmo a Agência Nacional de Saúde Suplementar, que tem como prerrogativa fiscalizar e garantir que a saúde do povo brasileiro não seja mercantilizada, vem sendo acusada, por consumidores, de inverter seu papel e proteger as empresas.

Governo Federal sobe o tom contra as bets no Brasil

Diante dos dados do Banco Central que apontam gasto de R\$ 3 bilhões de beneficiários do Bolsa Família em apostas online via Pix no mês de agosto, governo federal endurece o discurso contra as casas de apostas esportivas.

O Governo Federal planeja o bloqueio total a formas de pagamento como cartão de crédito e cartão do Bolsa Família nos sites de apostas que não estiverem regularizados. Na segunda-feira (30), o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que cerca de 600 casas de apostas não solicitaram autorização para funcionamento no Brasil e terão os sites bloqueados em território nacional pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

O ministro assinalou que os usuários dessas casas de apostas deverão solicitar imediatamente a restituição do dinheiro depositado nas plataformas. A posição mais firme do governo foi tomada após o Banco Central confirmar que, apenas em agosto, beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$ 3 bilhões em apostas online por meio do Pix. Neste sentido, o Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, chegou a defender que a transferência via Pix para empresas de bets seja proibida. O montante equivale a 20% de todo o valor repassado pelo programa no mês.

De acordo com o Estudo Especial nº 119/2024, conduzido pelo Banco Central a pedido do Senador Omar José Abdel Aziz, o mercado de apostas online no Brasil movimentou um volume expressivo em 2024, com destaque para o impacto econômico dessa atividade sobre diferentes camadas da população.

Em agosto de 2024, as empresas de apostas online no Brasil movimentaram cerca de R\$ 20,8 bilhões em transferências recebidas via Pix. Esse montante inclui tanto empresas formalmente registradas no setor de jogos de azar (CNAE 9200-3/99), quanto outras identificadas por suas características de transações financeiras. Os valores totais mensais variaram entre R\$ 18 bilhões e R\$ 21 bilhões ao longo do ano, e estima-se que aproximadamente 15% dessas quantias sejam retidas pelas empresas como lucro, com o restante sendo distribuído aos ganhadores na forma de prêmios.

O valor médio mensal arrecadado pelas loterias em 2024, por exemplo, foi de R\$ 1,9 bilhão, bem inferior ao volume movimentado pelas apostas online. As empresas de apostas não cadastradas no CNAE específico do setor apresentaram uma arrecadação significativamente maior, com uma média mensal de R\$ 235,7 milhões por CNPJ, em contraste com os R\$ 140.128 mil por CNPJ das casas lotéricas.

O estudo estima que cerca de 24 milhões de

pessoas físicas realizaram ao menos uma transferência via Pix para empresas de apostas ao longo do período analisado. O perfil dos apostadores revela a prevalência de indivíduos jovens, especialmente entre 20 e 30 anos, embora pessoas de diferentes faixas etárias também participem. O valor médio das transferências aumenta com a idade: apostadores mais jovens gastam cerca de R\$ 100 por mês, enquanto os mais velhos podem gastar mais de R\$ 3.000 mensais.

O governo também discute a implementação das propostas de tributação das bets. Para as apostas de quota fixa, a legislação estabeleceu uma taxa de fiscalização mensal de agentes operadores das apostas, aplicada sobre a arrecadação após a dedução dos prêmios e do imposto de renda, que varia de acordo com faixas de arrecadação. A Lei nº 14.790 de 2023 também prevê o recolhimento sobre o ganho líquido anual com apostas no Imposto de Renda.

Conforme já noticiado, entre as maiores empresas que atuam no ramo no Brasil, 55% têm proprietários ou sedes na Europa, 16% são brasileiras, 22% não possuem informações claras sobre seus sócios e uma tem um sócio principal australiano. Das empresas brasileiras, metade está sob investigação por suspeitas de lavagem de dinheiro, fraude e esquema de pirâmide. As cinco plataformas mais acessadas no país – Bet365, Betano, Betfair, Sportingbet e 1xbet – têm todas origem europeia.

Na análise dos proprietários das empresas, é aferido que a maioria dessas empresas opera sob a legislação de Curaçao, paraíso fiscal no Caribe arrolado na Instrução Normativa da RFB nº 1037 de 2010, que determina os países ou dependências com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados.

Apesar da iniciativa do governo em regulamentar a atividade das apostas esportivas no Brasil, 199 marcas de bets continuam autorizadas a continuar operando no país, após a publicação na noite da terça-feira (1) das listas nacional e estaduais. Essas marcas são administradas por 95 empresas que solicitaram autorização até o dia 30 de setembro e cumpriram os requisitos estipulados para manterem suas atividades no país.

Das marcas autorizadas, 193 são operadas por 89 empresas em âmbito nacional, enquanto seis empresas têm permissão para atuar de forma regional, sendo cinco no Paraná e uma no Mara-

nhão. As maiores casas de apostas do país continuam credenciadas, entretanto, destacam-se grandes empresas que estão irregulares, como a Esportes da Sorte e a VaiDeBet. A Esportes da Sorte, empresa anunciante da Rede Globo, esteve em relevância na mídia, quando viabilizou a contratação do jogador Memphis Depay, e é detentora de contratos com clubes das Séries A e B que ultrapassam os R\$ 500 milhões, sendo patrocinadora de grandes clubes do futebol nacional, como o Corinthians, Athletico-PR, Bahia e Grêmio e o Ceará. Já a VaiDeBet ganhou os holofotes conforme investigada a relação com o cantor Gusttavo Lima, e quando rescindiu o contrato que tinha com o Corinthians. Além do Corinthians, Athletico-PR e Bahia, atualmente patrocinados pela Esportes da Sorte, o Juventude também é patrocinado por empresa não autorizada pelo governo, a Stake Bet.

As apostas online que não solicitaram autorização terão até 10 de outubro para permanecer no ar, período concedido para que os apostadores retirem o dinheiro depositado. A partir de 11 de outubro, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) bloqueará as páginas.

Apesar da regulamentação do governo, a situação das bets ainda é preocupante no país. Sedeadas em países europeus, as maiores empresas que hoje monopolizam o ramo continuarão suas atividades corriqueiramente em território nacional, e continuarão gozando de ampla operação e publicidade, sendo patrocinadoras de campeonatos, clubes de futebol e programação de emissoras de televisão. A regulamentação isolada enquanto política pública também não é eficaz na prevenção ao uso compulsivo e nocivo das apostas esportivas. O governo anunciou que deverá avançar na pauta nos próximos dias, mas se entende que as propostas discutidas, como o reforço da educação financeira, não combatem o problema na rigidez que o discurso do executivo federal sugere.

Diante desses esforços de coibir o setor, o governo já detecta sinais de que esse será um combate a longo prazo. Bets que não foram regularizadas pela lista do ministério já começaram a judicializar a questão, e inclusive já obtiveram liminar favorável a continuar operando no Brasil, mesmo fora da regularização junto ao governo federal. Isso, aliado ao uso de sites paralelos para atuação ilegal, demonstra que essa é uma situação que ainda trará novos tensionamentos.



Augusto Melo em frente a publicidade da VaiDeBet, casa de aposta banida pelo Ministério da Fazenda, e que rescindiu com o clube em junho. Foto: Jozzu/Agência Corinthians/Reprodução.

Economia

Crise do consignado: Endividamento entre idosos cresceu 32,7% entre 2019 e 2023

A crise do crédito consignado no Brasil, impulsionada pela crescente demanda dos aposentados e pensionistas, se agrava a cada leilão de folha de pagamento do INSS. Com o próximo leilão marcado para este mês de outubro, a competição entre bancos por administrar a folha de novos beneficiários (INSS) revela um cenário sombrio: a venda de produtos bancários, como o consignado, acorrenta trabalhadores idosos a ciclos de dívidas intermináveis.

Desde 2009, o INSS realiza leilões para definir quais bancos serão responsáveis por processar o pagamento de aposentadorias e pensões. Em 2024, o leilão envolverá mais de 468 mil novos benefícios mensais. Os bancos vencedores não só vão administrar a folha de pagamentos, mas também terão o direito de oferecer serviços financeiros, incluindo o famigerado crédito consignado.

O processo, no entanto, é uma armadilha para os aposentados. Embora o crédito consignado seja vendido como uma solução segura, com juros menores do que as outras modalidades, a realidade é que ele drena a renda dos beneficiários. A prática é simples: o banco que administra a folha também oferece empréstimos descontados diretamente do benefício, amarrando o aposentado a dívidas que comprometem uma parte substancial de sua renda.

A população idosa no Brasil tem sido a principal vítima dessa armadilha financeira. Vendido como uma modalidade “acessível”, o crédito

consignado se transformou em um fardo para milhões de aposentados que, muitas vezes, são levados a contrair empréstimos para pagar outras dívidas ou ajudar familiares. Esse ciclo perpetua um estado de endividamento crônico, tornando difícil para muitos manter um padrão de vida básico.

Entre maio de 2019 e maio de 2023, o crescimento do endividamento entre idosos subiu 32,7%, praticamente o triplo da média de inadimplência nacional, que teve alta de 13,4% no período. Até 2023 eram 12,7 milhões de pessoas com mais de 60 anos com dívidas, 3 milhões a mais que em 2019.

Apesar de oferecer juros abaixo da média do mercado, o consignado carrega taxas mensais que podem ultrapassar 1,66%, comprometendo 35% do benefício dos aposentados. Essa pressão financeira leva muitos idosos a uma situação de exclusão social e, em casos extremos, a condições de pobreza. A reforma da Previdência de 2019 agravou essa realidade ao reduzir benefícios e aumentar o tempo de contribuição, empurrando mais aposentados para o consignado como única saída.

Mesmo com algumas reduções na taxa de juros do crédito consignado promovidas pelo governo, os bancos seguem resistindo a cortes mais significativos. A atual taxa de 1,68% ao mês para empréstimos consignados pode parecer baixa quando comparada às exorbitantes taxas do

mercado de crédito privado. No entanto, para um aposentado que já lida com uma renda limitada, essa taxa é muito alta.

Os bancos, por meio da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), continuam pressionando o governo para que o teto dos juros do consignado seja elevado. Alegam que a Selic não pode ser usada como parâmetro para determinar a taxa de juros dessa modalidade, defendendo que a margem de retorno encolheu.

A crise do crédito consignado expõe a situação financeira dos aposentados brasileiros, que, ao longo de suas vidas de trabalho, agora veem suas aposentadorias sugadas pelos bancos. O governo federal, através do INSS, até tem o poder de mudar esse cenário, regulando de maneira mais firme os leilões e as taxas impostas pelas instituições financeiras. Porém os lucros recordes dos bancos no primeiro ano do governo Lula, somando R\$ 144 bilhões, mostram que, o governo evita o confronto direto com as grandes instituições financeiras.

Além disso, o relatório do Banco Central indica que a rentabilidade do setor bancário ainda está associada à concentração de mercado, beneficiando as grandes instituições. Isso reflete uma estrutura que favorece o fortalecimento dos maiores bancos, consolidando seu monopólio e gerando desconfiança sobre a intenção do governo de enfrentar essa concentração.

Transplantes com HIV são consequência da privatização do SUS

Pelo menos seis pacientes foram infectados pelo HIV (vírus da imunodeficiência humana) após receberem transplantes de órgãos no Rio de Janeiro. A notícia foi divulgada no dia 11 deste mês, desencadeando uma série de denúncias e investigações na busca por responsáveis.

O erro ocorreu no PCS Lab Saleme, laboratório privado localizado em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. A empresa foi contratada pela Secretaria Estadual de Saúde do RJ para testar e descartar infecções em órgãos doados, a fim de evitar a transmissão de doenças para os transplantados.

Em representação feita pelo Ministério Público (MP), emitida na última quinta-feira (17/10), a promotora aponta que os investigados “já emitiram dezenas de resultados com falso positivo e falso negativo para HIV, inclusive em exames de crianças, respondendo a inúmeras ações indenizatórias por danos moral e material”. Segundo apuração do G1, o médico responsável pelo laboratório é tio do deputado federal Doutor Luizinho (PP), que foi secretário da saúde do RJ em 2023.

Desde 1998, com a Lei 9.637, foi autorizada a gestão dos serviços de saúde por entidades privadas, chamadas de Organizações Sociais (OS). Tal lei fazia parte de um pacote de medidas que visavam diminuir as funções do Estado, sob influência do Banco Mundial na América Latina na década de 1990. Esse processo vinha na contra-mão da proposta original do SUS, inicialmente estabelecida na 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) e que já via seu projeto desmanchado pela Constituição de 1988, que incluiu em seu texto final o convívio entre os setores público e privado.

Desde então, as últimas décadas viram a transferência quase total da gestão do SUS para as Organizações Sociais. Hoje, mais de 70% dos serviços públicos de saúde são geridos nesse formato, que é responsável pela transmissão do financiamento público para o setor privado e pela submissão dos serviços de assistência à lógica de mercado.

No Brasil, é a Agência Nacional de Vigilân-

cia Sanitária (Anvisa) que regulamenta a padronização de protocolos que tornaram transfusões e transplantes seguros, com normas que devem ser seguidas rigorosamente por todo o serviço de saúde nacional, seja ele público ou privado. Esse processo prevê, entre outras regras, uma triagem infecciosa pré-transplante, com a pesquisa universal (ou seja, para todo doador) de uma série de agentes infecciosos, incluindo o HIV. Essa regra, que não existia na época Henfil, deveria garantir que casos como os ocorridos no Rio de Janeiro fossem impensáveis.

As premissas que justificam a implementação das Organizações Sociais seriam os benefícios da flexibilização da administração e da agilidade da contratação sob a lógica privada. Esse discurso - que é inclusive legitimado e repetido por setores institucionais da esquerda - desconsidera a realidade brasileira. Se, na teoria, se propagandeia uma suposta maior agilidade e eficiência empresarial, na prática vemos a existência de um setor privado que coloca o lucro acima da prestação adequada

de serviços - como é o caso do laboratório do tio do deputado do PP. A conclusão foi da própria Polícia Civil do RJ, que associou a falha operacional ao objetivo de obter lucro.

Tanto a imprensa hegemônica quanto a investigação do caso levam a uma conclusão comum: trata-se de um caso isolado, resultando numa gravíssima falha na assistência à saúde, que demanda a punição dos responsáveis e a realização de contratos com outras empresas, de maior confiança. Mas isso é falso: a relação de órgãos públicos com empresas de políticos do centrão, levando a contratos questionáveis, não é caso isolado, mas sim a forma como funciona o Estado capitalista brasileiro.

A responsabilização dos envolvidos no erro laboratorial não deveria mascarar o problema maior: a terceirização e a privatização crescente do Sistema Único de Saúde (SUS). Quando a saúde pública é gerida sob a lógica de mercado, secundariza-se a segurança, e erros que deveriam estar restritos ao passado voltam a tornar-se realidade.



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil/Divulgação.

Internacional

Vermelho sangue, vermelho Palestina: Um ano da guerra de extermínio



Idoso segura bandeira palestina em frente a um blindado do Exército israelense no campo de refugiados de Tulkarem, na Cisjordânia ocupada, em 22 de agosto de 2024. Foto: ZAIN JAAFAR/AFP/Reprodução.

O Ministério da Saúde em Gaza publicou no início de outubro um documento, trazendo um levantamento oficial sobre os números acerca do conflito que completou um ano na segunda-feira, dia 7 de outubro. Dessa forma, com mais de 366 dias de conflito, sabemos que ocorreram 3.654 massacres organizados pelo regime sionista. Dos civis martirizados, 171 eram bebês recém-nascidos, 710 eram bebês com menos de um ano e 16.927 eram crianças.

Os números denunciam a extensão da barbárie colonizadora sionista. Há um total de 902 famílias que foram assassinadas pela ocupação israelense, tendo todos os seus membros completamente liquidados do registro civil. Quanto ao número de feridos, o número beira a marca dos 100 mil. Vale ressaltar que os profissionais da saúde também foram alvos da IDF (Forças de Defesa de Israel), visto que 986 pessoas que faziam parte de equipes médicas especializadas foram martirizados e 310 foram presos. No que tange aos ataques diretos à classe trabalhadora, o caso dos jornalistas se tornou emblemático: a ocupação está deliberadamente assassinando jornalistas em Gaza. Atualmente, 175 profissionais foram martirizados, 396 feridos e 36 presos.

Os profissionais da educação não escapam dessa lógica assassina. Foram 337 escolas e universidades atacadas e parcialmente destruídas, enquanto 125 escolas e universidades foram completamente destruídas pelos colonizadores. Em relação aos estudantes, 785.000 alunos foram impedidos de estudar enquanto 12.700 se tornaram mártires. O número de professores e profissionais da educação mortos por Israel soma 85.750, para além dos 130 cientistas, professores universitários e pesquisadores executados pela ocupação.

Sequer a liberdade religiosa foi respeitada. Mesquitas que sobreviveram séculos de história, como é o caso da Jāma' Ghazza al-Kabīr, ou Grande Mesquita Omari, datada

do ano de 406, construída pelos filisteus, foi destruída pela incursão israelense. Não só o Islã é atacado pela ocupação: se 814 mesquitas sucumbiram ao sionismo, completamente destruídas, foram também 80 as igrejas que tiveram o mesmo destino. Patrimônios históricos e sítios arqueológicos, assim como templos religiosos, não foram poupados, mesmo quando tombados pela UNESCO: 206 foram destruídos pela ocupação.

A bestialidade da colonização sionista não se freia perante ao falecimento. As forças israelenses construíram mais de sete valas comuns em hospitais que foram alvos de suas operações, desrespeitando os direitos básicos dos falecidos e de suas respectivas famílias – ocultando os números reais do genocídio. Para além disso, 2.300 corpos foram roubados dos cemitérios de Gaza. Ainda sobre os cemitérios, 19 dos 60 desses foram destruídos pela ocupação, possivelmente objetivando o apagamento histórico dos palestinos.

Foram 187 abrigos humanitários feitos de alvo das incursões sionistas. Esses abrigos eram a única opção de segurança para os civis em diversas ocasiões, visto que as fronteiras de Gaza foram fechadas pelas forças israelenses e o refúgio exterior impossibilitado por 152 dias no último ano.

Devido à precariedade do território, cuja superfície foi bombardeada em 86%, a calamidade de Gaza provocada pelo colonialismo de Israel se expande para a saúde. Atualmente, são 1.737.524 pessoas infectadas com doenças contagiosas devido ao deslocamento forçado, 71.338 casos de hepatite, 60.000 mulheres grávidas correndo risco de vida e de perderem a gravidez, 350.000 pacientes de doenças crônicas em estado de risco devido à proibição de entrada de remédios por Israel. Ressalta-se que 34 hospitais de Gaza foram retirados de serviço pela colonização israelense en-

quanto 162 instituições de saúde se tornaram alvo de incursões da IDF.

Um ano após o 7 de outubro de 2023, são 2.000.000 de deslocados na Faixa de Gaza. O conflito deixou 83% da população em situação de deslocamento interno forçado em menos de três meses. Um dos objetivos da ocupação é intensificar a permanente política de deslocamento do povo palestino, que deu a tônica da colonização sionista durante as últimas sete décadas, como parte dos planos de judaização e limpeza étnica da região.

Em termos de infraestrutura, 3.130 quilômetros de rede elétrica foram inutilizados, ao mesmo tempo que 330.000 metros lineares dos sistemas de água foram destruídos. Quanto aos poços de água, receberam igual tratamento: 700 desses foram destruídos e inutilizados pela ocupação israelense. Quanto ao saneamento básico, o destino foi semelhante: 655.000 metros lineares completamente esfacelados. Todas essas questões de infraestrutura, é importante evidenciar, contribuem não só para o estado de calamidade geral, como para tragédia de saúde que se instaura em Gaza. Cada metro destruído contribui para mais um civil martirizado pelo genocídio.

Grandes líderes desta luta foram martirizados. Entre eles o líder, Sayyed Hassan Nasrallah, do Hezbollah, Ismail Haniyeh, do Bureau Político do Hamas, Saleh Al-Arouri, comandante fundador das Brigadas Izz Ad-Din Al-Qassam, e uma longa lista de quadros da FPLP, liderados pelo camarada Nidal Abdul Aal.

No campo político e internacional, a ocupação sionista se viu em um isolamento sem precedentes, com protestos em todo o mundo contra seus crimes brutais. A Corte Internacional de Justiça (CIJ) emitiu decisões condenando os crimes da ocupação. A pressão internacional sobre a entidade aumentou nos fóruns globais, e a voz palestina se elevou contra as mentiras sionistas, levando a protestos sem preceden-

tes, particularmente em universidades ao redor do mundo. A ofensiva estendeu-se, para além de Gaza, à Cisjordânia, Iêmen, Líbano, e, pontualmente, Iraque e Síria.

Apesar disso, ao completar um ano desde 7 de outubro de 2023, o presidente estadunidense Joe Biden prestou homenagem às vítimas “israelenses” acendendo uma vela yahrzeit em uma cerimônia junto ao rabino Aaron Alexander.

Joe Biden refirma seu compromisso com o cessar-fogo, apesar dos EUA serem responsáveis por 69% das armas importadas por Israel e usadas no genocídio. Na ocasião da reunião de emergência convocada no Conselho de Segurança da ONU, os representantes americanos subiram o tom com a diplomacia iraniana, em defesa irrestrita à entidade sionista, que é a maior beneficiária cumulativa da ajuda externa dos EUA desde sua fundação, recebendo cerca de US\$ 310 bilhões (ajustados pela inflação) em assistência econômica e militar no total.

Em nosso país, enquanto o presidente Lula vociferava nos fóruns internacionais palavras mais duras contra o regime israelense, no Congresso, deputados de oposição anunciam um pedido de impeachment do presidente por suas declarações. O presidente, que coleciona bravatas e gestos simbólicos, não tomou quaisquer medidas concretas em represália à ofensiva israelense. Mantém até hoje os acordos militares bolsonaristas de cooperação com Israel, e sequer assinou a denúncia sul-africana na CIJ, que afirmou apoiar. Na ocasião do 7 de outubro, o Itamaraty publicou nota escandalosamente sionista e desonesta, na qual repudiou “um ano dos ataques terroristas do Hamas”, solidarizou-se com “a família de todas as vítimas e com o povo israelense” e reduziu a resistência palestina à “invasão do território israelense (sic) por terroristas”.

Embora Israel represente apenas 0,37% da corrente de comércio com Brasil, configurando-se como uma balança comercial quantitativamente irrisória, as exportações do Brasil para o regime sionistas fecharam em US\$662 milhões em 2023, tendo como principais grupos exportados petróleo, carne bovina e soja. Ademais, o Exército brasileiro comprou blindados de fabricante de armas e sistemas militares de Israel, em licitação que chegará ao valor de \$1 bilhão, em contrato suspenso que gera tensionamentos públicos dos setores mais direitistas do governo federal. Cessar o financiamento da ofensiva imperialista e colonial sionista não está na agenda do Governo Federal.

O 7 de outubro rememora que a libertação nacional palestina não é um momento estático na história, mas uma jornada contínua em sua sétima década, que mobiliza cada setor da nação em um esforço constante por libertação da ocupação, da opressão e do colonialismo, que só será alcançada por meio da unidade, do sacrifício e da solidariedade.



Foto: Custódio Coimbra/Agência O Globo/Reprodução

Sindical

População negra é a que mais sofre com os ataques contra os direitos trabalhistas

Marco histórico de resistência do povo negro contra séculos de escravidão, opressão e exploração, o Dia da Consciência Negra celebrado em 20 de novembro simboliza a luta por direitos e dignidade da população negra. Nesta celebração está incluída a lembrança de que, mesmo com o fim da escravidão, o desenvolvimento do capitalismo segue empurrando a massa de trabalhadores e trabalhadoras negras para as margens do trabalho assalariado formal, enquanto enfrentam as mais brutais formas de exploração e exclusão. Os números atuais do mercado de trabalho escancaram essa realidade, expressão das contradições de classe e raça que seguem alimentando a desigualdade no Brasil.

Se, no segundo trimestre de 2023, a população negra representava 56,1% de toda a população brasileira, 46% dos trabalhadores negros estavam inseridos na informalidade. Isso significa que quase metade dos trabalhadores negros não possui carteira assinada e, com isso, acesso a direitos trabalhistas básicos como férias remuneradas, décimo terceiro salário ou proteção previdenciária. O cenário é ainda mais dramático para as mulheres negras: 46,5% delas trabalham sem carteira assinada, vítimas de um sistemático processo de opressão: duplas e triplas jornadas de trabalho. A diferença salarial entre negros e não negros é uma expressão gritante dessa desigualdade histórica. Trabalhadores negros recebem, em média, 40,22% menos do que homens não negros. As trabalhadoras negras, por sua vez, recebem 38,4% a menos do que mulheres não negras. Isso significa que, para cada R\$ 100 que um homem branco ganha, um homem negro recebe apenas R\$ 59,78.

Além disso, a trajetória de desigualdade racial no mercado de trabalho se intensificou ao longo da última década, com a população

negra sendo a mais afetada pela precariedade e o desalento. Em 2012, cerca de 69% das pessoas que desistiram de procurar emprego eram negras, totalizando 1,32 milhão de cidadãos. Esse cenário piorou com a recessão de 2015, que interrompeu a tendência de redução das desigualdades. Em 2019, o número de desalentados negros subiu para 3,5 milhões, representando 74% desse grupo. Durante a pandemia, a situação se agravou ainda mais: 72,1% das pessoas que perderam as esperanças de conseguir emprego eram negras, somando 4,2 milhões. Além disso, a crise sanitária global aprofundou a precariedade ocupacional, reduzindo o rendimento dos trabalhadores informais e ampliando os impactos negativos das reformas trabalhistas.

Historicamente empurrada para os setores mais precários do mercado de trabalho, compõem hoje a maioria do exército industrial de reserva – uma massa de trabalhadores desempregados ou subempregados, utilizada pela burguesia como mecanismo social de pressão para reduzir salários e deteriorar as condições de trabalho. A taxa de desocupação entre as mulheres negras era de 11,7% no segundo trimestre de 2023, bem acima da média nacional, enquanto a taxa de desocupação dos homens negros foi de 7,8%. Esses números refletem o papel regulador que o racismo exerce sobre o mercado de trabalho, servindo como instrumento de controle e opressão sobre os trabalhadores.

O Dia da Consciência Negra não é apenas uma data de celebração, mas de reafirmação da luta contra a opressão racial e de classe que atravessa a história do Brasil. A luta pela superação do racismo e pela construção de uma sociedade livre da exploração passa necessariamente pela organização da classe trabalhadora, tendo a população negra na linha de frente dessa batalha histórica.

Segurança Pública

Quanto mais polícia, mais mortes e violência nas periferias

Um relatório de 2023, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que pessoas negras no Brasil estão 3,8 vezes mais propensas a serem vítimas pela violência decorrente de intervenções policiais do que pessoas brancas. Nesse mesmo ano foram registradas 6.393 mortes por intervenção policial, cujas vítimas em sua esmagadora maioria, mais precisamente 82,7%, eram negras. Dentre essas vítimas totais, 71,7% tinham entre 12 e 29 anos e praticamente a totalidade (99,3%) eram homens, demarcando assim os jovens negros como o perfil inequívoco dos atingidos por violência policial letal no Brasil.

Nesse sentido, destaca-se nos últimos anos o avanço de poder político das corporações policiais, com ganho de espaço nos orçamentos estaduais e entrada de egressos das polícias nos parlamentos e no poder executivo, ao mesmo tempo em que crescem os índices de letalidade policial nas periferias e favelas e se acentua o caráter racista da violência do Estado.

O debate promovido pela Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados (LOPM), já aprovada, buscava fortalecer a posição política dos comandantes-gerais militares na cadeia de comando da segurança pública e abria espaço para a extinção das secretarias de segurança pública nos Estados, fazendo avançar a militarização e reduzindo controle social sobre as polícias militares.

Encaminhado de forma silenciosa no Congresso, o projeto, que incorpora também a ampliação de poderes de fiscalização ambiental aos policiais militares, foi aprovado com vetos apenas em mecanismos que limitavam a possibilidade de acesso de mulheres, via concurso nas corporações policiais, e que atrelava as ouvidorias aos comandos militares. O resultado objetivo dessa aprovação é um retrocesso no controle civil sobre as forças policiais nos estados. A LOPM incorpora diversos elementos do decreto-lei 667 de 1969, editado pela ditadura empresarial-militar, e atualiza a sua abordagem.

Esse fortalecimento político da militarização e o crescimento das taxas de policiais por habitante vem impulsionando também, como apontado por pesquisador Bruno Paes Manso do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), o descontrole civil sobre os efetivos policiais, ampliando brechas para o envolvimento em negócios ilegais, como nos casos da formação de milícias e de grupos de assassinos por encomenda.

Na última década, em meio ao fortalecimento da extrema-direita e da politização reacionária das polícias, o número de mortes provocadas por intervenção policial cresceu 188,9%, dentre as quais 83% das vítimas eram pessoas negras. O racismo, que tem peso preponderante na estruturação das formas burguesas de exploração dos trabalhadores no Brasil, é fundamentalmente uma das armas da classe dominante para produzir violência e controle direcionado a uma parcela da classe trabalhadora, contra a qual direciona de forma ainda mais pesada os aparelhos estatais de repressão sobre os quais a mesma tem domínio. A violência racista é elemento essencial ao projeto burguês em nosso país e o enfrentamento aos mecanismos de repressão da classe trabalhadora pelo Estado burguês passa por amplificar lutas pelo fim das polícias militares e pelo desfinanciamento das polícias no geral.

Acesse nossa campanha de financiamento pelo site apoia.se/jornalofuturo ou pelo QR code



Para colaborar através do PIX utilize o QR code a seguir ou através da chave: 54.810.269/0001-62

